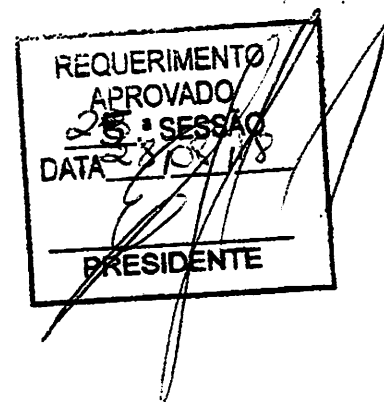




*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores



**REQUERIMENTO**

281/18

Todo processo de contratação no âmbito da Administração Pública está sujeito a sofrer intervenções de agentes internos e externos, e se sujeita a diversos eventos que podem gerar riscos e vir a comprometer a obtenção de um resultado que seja eficaz.

Para que se diminua possíveis eventos inesperados, a instrução do processo de contratação, deve ser adequadamente planejada, de maneira a contemplar a satisfação das necessidades demandadas pela Administração Pública, no contexto oferecido pelo mercado, em conformidade com as normas e dispositivos legais e específicos ao objeto licitado.

Assim, cabe ao Administrador Público proceder com objetividade, para que aquilo que se contrata seja exatamente o que satisfaz ao interesse público.

O artigo 14 da Lei das Licitações e Contratos administrativos deixa claro que *"nenhum contrato seja realizado sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa."*

A introdução deste requerimento é apenas para lembrar que em Praia Grande, a empresa vencedora do Pregão Presencial 065/2018, para "locação de caminhões e guinchos por hora produtiva", a TDR Transportes e Serviços Eireli – ME, sem nenhuma dúvida, é o que poderíamos chamar de "empresa ficha suja", pois é portadora de 20 execuções trabalhistas num valor de aproximadamente 600 mil reais, inclusive com a penhora pelo Renajud (restrições judiciais on-line) de dois ônibus da marca Volkswagen/Induscar 1000 Uot, pelo fato da empresa ter sumido da cidade de Tupã, sem cumprir o contrato com a prefeitura da cidade.

A TDR Transportes, que para Justiça do Trabalho encontra-se em "local incerto e não sabido" possui inúmeros processos (os números estão no anexo deste requerimento) que vão de Ação de Cobrança de Aluguel Pós-despejo à Ação Indenizatória por Locupletamento Ilícito e cheques sem fundos.



## *Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande* *Estado de São Paulo*

Na cidade paulista de Tupã, a TDR Transportes foi a vencedora de uma concorrência em 2015, para o serviço de Transporte Coletivo Urbano por 10 anos. Agora, em 2018, em razão da existência de irregularidades e descumprimento das condições contratuais, o contrato foi rescindido e aplicada a penalidade de "Inidoneidade", com fundamento no artigo 87, parágrafo IV da Lei 9666, de 1993.

Em maio deste ano, a citada empresa foi também vencedora de um "Pregão" na cidade de Piracicaba para Locação de Transporte, no entanto, em razão de uma denúncia (via contato telefônico) sobre a inidoneidade da TDR, a prefeitura da cidade cancelou a homologação e o empenho já realizado (documento anexo).

Novamente na cidade de Tupã, a Justiça do Trabalho já solicitou o bloqueio de qualquer pagamento junto a Prefeitura de Praia Grande, para a empresa TDR Transportes.

Neste mês em Praia Grande, a empresa entregou dois guinchos para trabalhar por cinco dias, e pasmem vocês, desapareceu. Hoje, a Secretaria de Trânsito encontra-se sem o serviço de locação de guinchos, sem remoção de veículos estacionados irregularmente e acidentados ou recuperados de roubos.

E, se hoje a Prefeitura de nossa cidade não conta com os guinchos, o que vem causando prejuízo ao nosso erário, causa-me grande espanto a falta de orientação e aviso desta inidoneidade da TDR Transportes ao secretário de Trânsito, senhor Marcelo Prado. É preciso apurar minuciosamente quem é responsável por isso.

Digo isto, pois este vereador já recebeu denúncias, inclusive, de que a TDR já estaria se organizando com outras empresas no processo de Terceirização do nosso Pátio.

Isso exposto, é que:

**REQUEIRO** à mesa ouvido o douto plenário e satisfeitas as exigências regimentais, que este requerimento seja enviado ao senhor prefeito Alberto Mourão, para que nos responda as seguintes questões:

- 1) Diante de tantos fatos que denunciam a total incapacidade da empresa TDR Transportes e Serviços em trabalhar com outras prefeituras do nosso Estado, o que a Prefeitura de Praia Grande está esperando para rescindir o contrato com a referida empresa, visto que o que foi contratado não está sendo entregue?
- 2) Quais são as medidas judiciais, e práticas, que estão sendo tomadas pela Prefeitura de Praia Grande com vistas a solucionar problema relativo a locação dos caminhões guinchos?



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

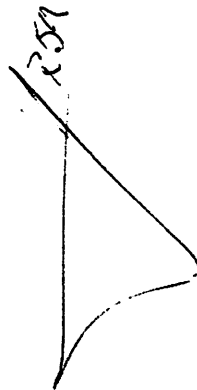
- 3) É verdade que a referida empresa está habilitada para futuras concorrências em nossa cidade, mesmo com tantas implicações com a Justiça?


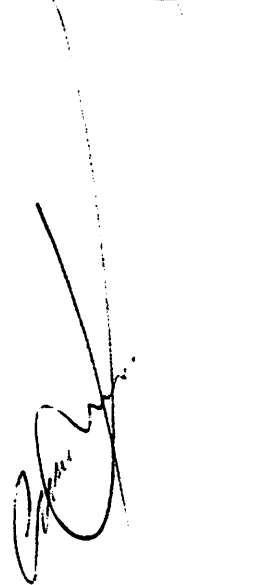
**Sala Emancipador Oswaldo Toschi**

**27 de agosto de 2018**

  
**Leandro Avelino**

**Vereador**

259  




*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**PROCESSOS CITADOS NO REQUERIMENTO**

**Processo 1007553-23.2017.8.26.0637 – TJ/SP (Ação de execução/locação de dois caminhões)**

**Processo 10000199-44.2017.8.26.0637 – TJ/SP (Ação de cobrança de aluguel/despejo)**

**Processo 1008422-83.2017. 8.26.0637 – TJ/SP (Ação indenizatória por locuplemento ilícito/cheque sem fundos)**

**Leandro Avelino**

**Vereador**



### **Certidão Nº 1055733/2018**

CERTIFICA-SE que, após consulta eletrônica ao banco de dados de processos físicos e eletrônicos de 1ª e 2ª instâncias do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pesquisando-se os termos digitados - CNPJ: 22.041.645/0001-05 - foram encontrados os seguintes processos em face de TDR TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI - ME:

**CNPJ: 22.041.645/0001-05**

**Vara do Trabalho de Tupã**

0010734-11.2016.5.15.0065 RTOOrd-PJe-Arq	0010853-69.2016.5.15.0065 RTOOrd-PJe-Arq
0010917-79.2016.5.15.0065 RTOOrd-PJe-Arq	0011398-42.2016.5.15.0065 RTOOrd-PJe
0010111-10.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe-Arq	0010480-04.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe
0010834-29.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe-Arq	0010945-13.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe
0010946-95.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe	0010947-80.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe
0010948-65.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe	0010949-50.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe
0010950-35.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe	0010952-05.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe
0010953-87.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe	0011017-97.2017.5.15.0065 RTOOrd-PJe
0011162-56.2017.5.15.0065 ExProvAS-PJe	0011163-41.2017.5.15.0065 ExProvAS-PJe
0011164-26.2017.5.15.0065 ExProvAS-PJe	0011165-11.2017.5.15.0065 ExProvAS-PJe
0011166-93.2017.5.15.0065 ExProvAS-PJe	0011167-78.2017.5.15.0065 ExProvAS-PJe
0011168-63.2017.5.15.0065 ExProvAS-PJe	0011169-48.2017.5.15.0065 ExProvAS-PJe

O andamento processual poderá ser consultado no sítio do Tribunal, por meio dos links:

-<http://portal.trt15.jus.br/web/guest/consulta-processual> (para processos físicos)

-<http://portal.trt15.jus.br/acesso-ao-sistema-pje-jt> >> 1º Grau >> Consulta Pública Processos (para processos eletrônicos).

A conferência dos dados da parte pesquisada é de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade do documento/nome ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.

Ressalta-se que o resultado obtido corresponde exatamente ao número de documento digitado pelo solicitante, como acima indicado. Em se tratando de Pessoa Jurídica, a pesquisa abrange os processos relacionados à raiz (número de inscrição) do CNPJ de matriz e filiais.

A validade da presente certidão está condicionada à conferência do nome e/ou do CPF/CNPJ, bem como à verificação de sua autenticidade pela autoridade recebedora. A autenticidade deve ser confirmada no sítio do TRT da 15.ª Região, [portal.trt15.jus.br](http://portal.trt15.jus.br), seguindo-se o seguinte caminho: Serviços >> Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas - CEAT, menu "Reimpressão/Verificação de Autenticidade", o qual também será utilizado para reimpressão desta certidão dentro de seu prazo de validade (30 dias).



# Município da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

## ANEXO VII TERMO DE REFERÊNCIA (Processo nº. 1.181/2018)

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A LOCAÇÃO DE CAMINHÕES GUINCHO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA POR HORA PRODUTIVA.**

**Quantidade Estimada:** De acordo com Anexo I

**Justificativa:** Tal procedimento se faz necessário tendo em vista as competências estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro aos municípios, dentre elas a de dar cumprimento à medida administrativa de remoção e recolhimento de veículos ao pátio municipal em razão de penalidade por descumprimento às normas de circulação e conduta, ou ainda, sempre que estiverem obstruindo a via pública em razão de acidente ou falha mecânica. Ainda, realização de operação força tarefa, em conjunto com diversos órgãos públicos: SEASP, Polícia Militar e Polícia Civil, que mediante convênio estabelecido, tem atuado na fiscalização de trânsito em conjunto com a Setran.

**Valor Estimado: R\$ 1.972.550,00** (um milhão, novecentos e setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta reais).

**Dotações Orçamentárias:**

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	CÓD. APLICAÇÃO
SETRAN	16.02.00 / 15 452 8001 2362 / 3.3.90.39.99	01	450000-00

**Prazo de Execução:** O prazo máximo para execução dos serviços será em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do dia seguinte a data do recebimento, pela EMPRESA detentora da Ata, da Autorização de Fornecimento.

**Critério de Jugamento:** Menor Preço Unitário por hora.

**Vigência da ATA:** O Termo de Ata a ser firmado entre a Prefeitura e o licitante vencedor do certame terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

**Local de Execução:** Os serviços deverão ser executados no local descrito na Autorização de Fornecimento da Unidade Requisitante.

**Valores de Referência:**

ITEM	QTDE HORAS	VALOR MÉDIO UNITÁRIO ANEXO I	VALOR MÉDIO TOTAL ANEXO I
1	16.900	R\$ 113,50	R\$ 1.918.150,00
2	150	R\$ 117,50	R\$ 17.625,00
3	150	R\$ 122,17	R\$ 18.325,50
4	150	R\$ 123,00	R\$ 18.450,00

T D R  
GAN HCU

# RENAJUD - Restrições Judiciais On-Line

Usuário: WILSON ROBERTO BURQUE

04/08/2018 - 11:45:02

Veículo/Informações RENAVAL

Placa	DBC8441	Ano Fabricação	2003	Ano Modelo	2004
Chassi	93W4G82234R408766	Marca/Modelo	VW/INDUSCAR MIL U OT		

Restrições RENAVAL

RESERVA_DOMINIO
-----------------

Restrições RENAVAL Ativas

Dados da Inclusão			
Tribunal	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIAO	Comarca/Município	TUPA
Órgão Judiciário	VARA TRABALHISTA DE TUPA	Nro do Processo	00109469520175150065
Juiz Inclusão	PEDRO MARCOS OLIVIER SANZOVO	CPF	086.9XX.XXX-XX
Usuário Inclusão	CARLOS DOS SANTOS CALDEIRA	CPF	065.4XX.XXX-XX
Restrição	Circulação	Data Inclusão	13/12/2017
Dados da Inclusão			
Tribunal	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIAO	Comarca/Município	TUPA
Órgão Judiciário	VARA TRABALHISTA DE TUPA	Nro do Processo	00109478020175150065
Juiz Inclusão	PEDRO MARCOS OLIVIER SANZOVO	CPF	086.9XX.XXX-XX
Usuário Inclusão	CARLOS DOS SANTOS CALDEIRA	CPF	065.4XX.XXX-XX
Restrição	Circulação	Data Inclusão	13/12/2017
Dados da Inclusão			
Tribunal	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIAO	Comarca/Município	TUPA
Órgão Judiciário	VARA TRABALHISTA DE TUPA	Nro do Processo	00109486520175150065
Juiz Inclusão	PEDRO MARCOS OLIVIER SANZOVO	CPF	086.9XX.XXX-XX
Usuário Inclusão	CARLOS DOS SANTOS CALDEIRA	CPF	065.4XX.XXX-XX
Restrição	Circulação	Data Inclusão	13/12/2017
Dados da Inclusão			
Tribunal	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIAO	Comarca/Município	TUPA
Órgão Judiciário	VARA TRABALHISTA DE TUPA	Nro do Processo	00109495020175150065
Juiz Inclusão	PEDRO MARCOS OLIVIER SANZOVO	CPF	086.9XX.XXX-XX
Usuário Inclusão	CARLOS DOS SANTOS CALDEIRA	CPF	065.4XX.XXX-XX
Restrição	Circulação	Data Inclusão	13/12/2017
Dados da Inclusão			
Tribunal	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIAO	Comarca/Município	TUPA
Órgão Judiciário	VARA TRABALHISTA DE TUPA	Nro do Processo	00109503520175150065

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LAURO NONCHARCHO VIEIRA, liberado nos autos em 06/08/2018 às 17:40. Número do processo 1000199-44.2017.8.26.0637 e código 2658C90.



Prefeitura do Município de Piracicaba  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL  
Procuradoria Jurídico-Administrativa



PROCESSO Nº 40.852/2018 (Volumes I e II).

Considerando a recebimento do processo em epígrafe, visando a formalização de contrato com a empresa TDR TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI - ME - CNPJ nº 22.041.645/0001-05, recebemos uma denúncia via contato telefônico informando a existência de impedimento da referida empresa.

Realizada as diligências pertinentes, constatamos a existência de uma Declaração de Inelegibilidade aplicada pela Prefeitura Municipal de Ipojuca, com fundamento no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, inviabilizando, desta forma, o prosseguimento da contratação pretendida.

Assim sendo, encaminhamos o presente para conhecimento e cancelamento do Empenho NE 161/18, orientando o emissor do processo a Direção de Compras, para cancelamento da homologação e verificação da possibilidade de aprovisionamento do certame, sem prejuízo da efetivação do disposto no item 13.2.1 e Anexo II, b, do Edital

Pratiche, 27 de junho de 2018

RENATO ALVES DE OLIVEIRA  
048/19.277.391

FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA FARIAS  
Chefe do Procuradoria Jurídico-Administrativa

ANTHONY SERGIO BISSOL  
President of the Council of Ministers

Secretaría Municipal de Defensa del Medio Ambiente





TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE

FILE Nº 014/2017-P  
EXECUÇÃO DE CONTRATO 188/2015

**Ofício Nº 014/2017-P**  
**Execução de Contrato 188/2015**

Tupã, 13 de março de 2017

Ao Departamento de Compras

Após apuração dos serviços de transporte coletivo urbano sob concessão da empresa TDR Transportes e Serviços EIRELIME, constatou-se a existência de irregularidades e o descumprimento das condições contratuais, entre elas:

- Cláusula quinta e parágrafos 1º e 2º - O serviço prestado não atende plenamente os usuários, nem, satisfaz as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, higiene e cortesia.
- Cláusula oitava e sub-ítem - ocorrência de descontinuidade do serviço (8.1), veículos em mau estado de conservação (8.2), elevador para cadeirantes quebrado (8.3), ausência de identificação das linhas (8.5), indisponibilidade de carros reserva (8.6 e 8.20), falta de manutenção dos abrigos e falta de identificação de alguns pontos de parada (8.11), ausência de plano de investimentos futuros (8.12), ausência de urna de reclamação e sugestão dos usuários (8.17), veículos com interior empoeirado e sujo (8.19) e funcionários não identificados e sem uniforme (8.22).

A empresa foi notificada ao dia 17 de fevereiro de 2017, conforme cópia da notificação em anexo, para prestar esclarecimento e apresentar plano de investimentos futuros. Decorrido o prazo estabelecido para manifestação e a empresa não tendo se manifestado, solicitamos que sejam tomadas as devidas providências para aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto em contrato.

Cordialmente,

*Carla Dias Borges*  
Carla Dias Borges  
Arquiteta Urbanista

*Jeane Ap. Romi de Godoi Rosin*  
Jeane Ap. Romi de Godoi Rosin  
Secretária de Planejamento

Página | 1

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE MARIA CAVALCANTE DE MOURA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em: 13/07/2018 às 10:40, sob o número 1005456-16.2018.8.26.0637 e código 2505892. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1005456-16.2018.8.26.0637 e código 2505892.